ACTA DA 212a. SESSÃO ORDINARIA

Aos vinte cinco dias do mez de julho do anno de mil novecentos e trinta e cinco, presentes, ás quinze horas, no Palacio da Justiça, os seguintes Juizes: Desembargadores Arthur Cesar da Silva Whitaker, Achilles de Oliveira Ribeiro, Mario Guimarães, Fernando Luiz Vieira Ferreira e Alcides de Almeida Ferrari; dr. Jorge Araujo da Veiga e dr. Juvenal Bonilha de Toledo, procurador regional, interino, realizou-se, sob a presidencia do desembargador Arthur Cesar da Silva Whitaker, a 212a. sessão ordinaria do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo. Verificada a existencia de numero legal, o senhor desembargador Presidente declara aberta a sessão, ordenando que se procedesse á leitura da acta da ~~ultima~~ sessão ordinaria que, posta em discussão, foi approvada sem reparos. De inicio, lê S.Excia. o officio nº 31157, do snr. desembargador Affonso José de Carvalho, dos seguintes termos: "Tendo sido eleito presidente da Côrte de Appellação já tive a honra de communicar esse facto a V. Excia. para o effeito de ser providenciada a minha substituição nesse Egregio Tribunal. Mas cumpro hoje o dever de apresentar a V.Excia. as minhas despedidas, pedindo que as transmitta aos demais distinctos juizes do Tribunal. Creiam V.Excia. e os demais collegas que eu guardo dentro d'alma a imperecivel lembrança do tracto ameno e da cordealidade do convivio que ahi sempre tive, entre luminares das letras juridicas. E a todos hypotheco meus agradecimentos, que torno extensivos aos excellentes funcionarios da Secretaria. Aceite V.Excia. os protestos de minha maior estima e consideração. (a) Affonso José de Carvalho - Presidente da Côrte de Appellação." Pede então a palavra o snr., dr. Jorge Araujo da Veiga que disse que a leitura feita trazia ao coração de todos emoção de viva saudade. O actual presidente da Côrte de Appellação prestara á Justiça Eleitoral excellentes serviços, quer como presidente, quer como membro effectivo do Tribunal; possuindo elle uma cultura variada e intensa, um talento fulgurante, e sobretudo dotado de grande bondade, a sua sahida do Tribunal merecia uma significativa manifestação: por isso propunha se consignasse em acta o grande pesar dos seus collegas por esse afastamento, bem como nomeação de uma commissão para levar pessoalmente a s.excia.,

a expressão desses sentimentos. Entretanto si, por um lado, o Tribunal se sentia pezaroso por essa perda, tinha justos motivos para, de outro, se alegrar, á vista da nomeação, para membros effectivos, dos desembargadores Mario Guimarães e Achilles de Oliveira Ribeiro; assim, propunha mais se fizesse de tal referencia na acta dos trabalhos do dia. Pediu, então, a palavra, o snr. dr. Procurador Regional que, depois de lastimar o afastamento do desembargador Affonso José de Carvalho e de frizar suas brilhantes qualidades, disse que, no entanto, não se podia deixar de receber com prazer a noticia de sua investidura nas altas funcções de presidente da Côrte de Appellação do Estado. Quanto ao desembargador Mario Guimarães, tratando-se de um magistrado que, não só no exercicio das funcções propriamente judicantes, como na esphera da administração publica, já tivera oportunidade de demonstrar os dotes que exornam o seu espirito e as qualidades que constituem o seu character, tinha o Tribunal Eleitoral razões para muito esperar de sua futura actuação como juiz. Finalmente, com relação ao desembargador Achilles de Oliveira Ribeiro, nada se fazia mister dizer, porquanto todos os senhores Juizes já haviam notado, durante o longo convivio no Tribunal, a maneira elevada e brilhante com que se exercia. sempre se havia desempenhado de suas funcções. Parecia-lhe pois, que, como accentuara o dr. Jorge Araujo da Veiga, o Tribunal estava de parabens por tres motivos. Toma, á seguir, a palavra, o senhor desembargador Alcides de Almeida Ferrari que disse ter a acrescentar um outro motivo, que seria o quarto: o facto de terem sido sorteados, para juizes substitutos, nas vagas abertas com a effectivação dos desembargadores Achilles de Oliveira Ribeiro e Mario Guimarães, os senhores desembargadores Antão de Souza Moraes e João Baptista Leme da Silva. Pedia, portanto, que se consignasse em acta, o facto de ter o Tribunal acolhido, com vivo prazer, a noticia desse sorteio. Tomou, á seguir, a palavra, o desembargador Fernando Luiz Vieira Ferreira para recordar, especialmente, a acção importante, desenvolvida no Tribunal, pelo desembargador Affonso José de Carvalho. Tivera a occasião de presenciar, desde o inicio dos trabalhos, pois, ao assumir o seu cargo de juiz, em 1933, já o encontrara na presidencia, a grande dedicação e patriotismo por elle revela-

dos na execução das medidas que eram novas e que naquella occasião se iniciavam para a realização das eleições de 3 de maio de 1933. Bem se podia dizer que a elle se devia o bom exito dessas medidas preparatorias da eleição, Dos collaboradores dessa epoca só restando, actualmente, dois - o snr. desembargador Presidente e elle mesmo -, recordava essa phase de muita importancia do começo da Justiça Eleitoral, que estivera, felizmente, sob a direcção de tão grande capacidade como a do desembargador Affonso José de Carvalho. O snr. desembargador Presidente, usando, após, da palavra, declarou associar-se ás homenagens prestadas aos distinctos collegas, desembargadores Affonso José de Carvalho, Achilles de Oliveira Ribeiro e Mario Guimarães e aos novos juizes sorteados, desembargadores Antão de Souza Moraes e João Baptista Leme da Silva. Lamentando, profundamente, por um lado, o afastamento do serviço activo no Tribunal do eminente juiz desembargador Affonso José de Carvalho, que, como acabava de ser dito, prestara á justiça eleitoral inestimaveis e valiosissimos serviços, alegrava-se, sinceramente, por outro, por terem sido os seus esforços devidamente reconhecidos, com sua eleição para tão elevado cargo. Aos novos membros effectivos, disse S. Excia. apresentar os seus cumprimentos cordaes e votos de muitas felicidades. Tambem de parabens se achava o Tribunal pelo sorteio de dois desembargadores, para juizes substitutos; tinha elle a dizer que, com abstracção de sua pessoa, estava o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, como bem frizara o desembargador Alcides de Almeida Ferrari, composto, como sempre o fôra, de figuras muito brilhantes. Pediu, após, a palavra, o desembargador Achilles de Oliveira Ribeiro que, depois de agradecer as expressões lisongeiras que acabavam de lhe ser dirigidas, disse ser sua a satisfação e alegria, por fazer parte de um Tribunal tão elevado pelo saber e integridade e, sobretudo, pelo brilhantismo de suas deliberações. Finalmente, o desembargador Mario Guimarães, depois de ^{se} associar ao pezar do Tribunal pelo afastamento do desembargador Affonso José de Carvalho, cujo character tivera occasião de apreciar quando juiz da la. instancia da Capital, disse estar dominado, vindo ocupar um ~~xxx~~ lugar no Tribunal, de um sentimento de grande alegria, pois que ia fazer parte de uma Côte que, como bem dissera o snr. Presidente, é brilhantissima. Assim, pois, reiterava o compromisso que tomara

ao assumir o cargo de substituto, de envidar todos os esforços para o bom desempenho de sua missão, mesmo porque lhe cabia um espolio de grande responsabilidade, qual o de substituir o desembargador Affonso José de Carvalho. Em seguida, o senhor desembargador Presidente, attendendo ao pedido do dr. Jorge Araujo da Veiga, nomeou uma comissão, compostas dos snrs. desembargadores Vieira Ferreira e Achilles de Oliveira Ribeiro para cumprimentarem o desembargador Affonso José de Carvalho e levar-lhe os sentimentos de pezar do Tribunal pelo seu afastamento. Passando-se ao expediente, leu S.Excia. o officio de n.º 3.149, do juiz eleitoral da 137a.zona - Marilia, communicando haver concedido férias requeridas pelo escrivão eleitoral daquela zona, snr.Edgard da Silva Lima, que passou o exercicio de seu cargo ao substituto legal. Declarou, após, publicados, os accordãos de ns. 1.833 a 1.837, que se achavam sobre a mesa, submettendo, então, á consideração dos senhores Juizes, as petições de ns. 3.136me 3.148, respectivamente dos snrs.doutores, Oscar Martins de Mello, juiz eleitoral da 59a.zona - Itararé - e Carlos Kellander, juiz eleitoral da 11a. zona - Capital -, solicitando licença, o primeiro, para entrar em gozo das férias individuaes e o segundo, de trinta dias de licença, ambas concedidas pela Corte de Appellação. Ouvido o dr.Procurador Regional, resolveu o Tribunal, á vista das provas apresentadas e nos termos do art.209 do Código Eleitoral, deferir taes pedidos. Não tomou, á seguir, conhecimento, approvando o parecer verbal do snr.dr.Procurador, do officio n.º 3.081, do juiz eleitoral de Marilia, encaminhando um pedido de ferias do escrivão eleitoral daquela zona, por ser tal concessão de sua competencia. Passando-se á outra parte dos trabalhos, o senhor desembargador Presidente deuapalavra ao desembargador Fernando Luiz Vieira Ferreira para relatar o processo de n.º 99 - classe 1a. - pedido de ordem de ordem de habeas-corpus preventiva, feito por Carmelo S.Crispino, delegado do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, com fundamento no art.113 da Constituição Federal, para que o mesmo possa realizar suas reuniões e seus filia- dos possam frequentar livremente sua séde. S.Excia., depois do relato do processo, cujo julgamento fôra, em sessão anterior, convertido em diligencia para que, a respeito, se solicitasse informações do snr.Secretario da Segurança Pu-

blica, solicitou fosse feito p pregão de lei e chamada das partes, que, de ordem do senhor desembargador Presidente, foi effectuado pelo continuo do Tribunal, snr. Alcindo Carneiro, servindo de Porteiro. Tendo acudido o impetrante, snr. Carmelo S. Crispino, foi ao mesmo dado a palavra para defender oralmente o pedido. Isto feito, usou da palavra o snr. dr. Procurador Regional que manteve seu parecer anterior, no sentido de não se conhecer do pedido, por considerar o Tribunal Eleitoral incompetente para julgar a materia. Justificou então o snr. desembargador relator, em face da preliminar suscitada, o seu voto no sentido de se conhecer do pedido, sob o fundamento de que, não ^{se} pode deixar de ter como materia eleitoral tudo que respeito á existencia legal e consequente liberdade - e o direito de se reunirem os membros do partido em sua sede está comprehendido nessa justa liberdade - dos partidos politicos, cujo funcionamento é reconhecido peloCodigo Eleitoral. O snr. desembargador Mario Guimarães acompanhou esse voto. Foi a favor da preliminar o desembargador Achilles de Oliveira Ribeiro por achar ^{que} se tratava de um caso de mandado de segurança, que deveria ser impetrado perante a Corte de Appellação. O desembargador Alcides de Almeida Ferrari também repellia ^a preliminar, por julgar o Tribunal competente para conhecer do pedido, embora, a seu ver, se tratasse de um caso de mandado de segurança e não propriamente de habeas-corpus; deixava de attentar para essa face da questão, por se tratar de processos com a mesma prova. O dr. Jorge Araujo da Veiga manifestou-se pela preliminar, julgando o Tribunal incompetente para conhecer do pedido, por não se tratar de materia eleitoral. Apurados os votos, verificou-se ter o Tribunal, contra os votos dos desembargador Achilles Ribeiro e dr. Jorge Araujo da Veiga, repellida a preliminar de não se tomar conhecimento do pedido. Passando-se ao merito, verificou-se terem, por unanimidade, indeferido o pedido, negando a ordem impetrada, á vista das informações prestadas pelo snr. Secretario da Segurança Publica. A seguir, o senhor desembargador Presidente, depois de convocar os senhores Juizes para a sessão ordinaria a se realizar na proxima quinta-feira, dia 31, ás mesmas horas e local, encerrou os trabalhos do dia, ordenando que delles se lavrasse a presente acta, que eu, José Felix Alves de Souza, Secretario, redigi e assigno.

J. F. Alves de Souza